

## A IMPORTÂNCIA DA PRÁTICA DOCENTE NO ACOMPANHAMENTO DA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DOS ALUNOS SURDOS

Rafaela Izabela Liberal da Silva

*Faculdade Maurício de Nassau*

[liberallibrasrafa@gmail.com](mailto:liberallibrasrafa@gmail.com)

**RESUMO:** Sabendo das dificuldades dos alunos surdos na aquisição dos conteúdos, assim como sua simulação em sala de aula como aprendizes, ficou perceptível que esses estudantes estão com um conhecimento muito aquém do esperado, impossibilitados de ingressar em uma universidade, concorrer uma vaga de emprego e até mesmo ser aprovado em um concurso público. Logo a inclusão do aluno surdo deve ocorrer desde a Educação Infantil até a Educação Superior. O trabalho com aluno surdo deve ocorrer em um ambiente bilíngue. Nesse sentido não falamos em alfabetização de surdos simplesmente, mas o meio pelo qual conhece e se apropria da língua portuguesa e a utiliza em suas relações sociais, acreditamos que esse seria o letramento. Neste contexto esse estudo teve como objetivo geral compreender a metodologia utilizada pela professora para oportunizar o desenvolvimento do aluno surdo em relação à alfabetização e letramento. Para realizamos a discussão da questão de nosso estudo, utilizamos autores como Felipe (2007), Soares (2001), Damázio (2007). Nossa pesquisa foi realizada em uma escola da rede municipal de ensino da cidade de Cachoeirinha-PE. Como metodologia utilizamos entrevista, assim como observação da sala de aula, e para análise de dados utilizamos a análise de conteúdo Bardin (1977). Os dados levantados apontam que há necessidade de uma maior discussão acerca da alfabetização e letramento de surdos, assim como também indica a relevância da formação continuada para profissionais da educação.

Palavras-chaves: Alfabetização, Letramento, Alunos Surdos, Docente, Metodologia.

### INTRODUÇÃO

A Língua Brasileira de Sinais - Libras é uma das línguas faladas no Brasil e já alcançou o reconhecimento oficial do governo brasileiro pela Lei 10.436/2002. Para tanto as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica segundo Felipe (2007) determinou que ao estudante surdo devessem ser assegurado o acesso aos conteúdos curriculares, mediante a utilização de língua de sinais, sem prejuízo do aprendizado da língua portuguesa. Sendo assim, o aluno surdo passou a ter direito a mais um componente curricular: a Língua Brasileira de Sinais. Contudo, seu uso, como meio de comunicação e como língua de instrução, precisa ser implantado nas escolas brasileiras que registram a matrícula de alunos surdos. Sendo assim, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB, nº 9394/96) estabelece que os sistemas de ensino devam assegurar, principalmente, professores

especializados ou devidamente capacitados, que possam atuar na sala de aula. Portanto, o aluno surdo tem o direito de ser atendido pelo sistema regular de ensino. No entanto, este pode ser um processo lento, pois, a grande maioria dos professores da rede regular de ensino e sua equipe pedagógica não estão preparadas para atender alunos com necessidades especiais.

Portanto, essa falta de formação por parte dos profissionais acarreta vários problemas, é importante salientar que o aluno surdo pode aprender assim como o ouvinte, assim também como pode ter dificuldades na leitura e escrita. Quando falamos em alfabetização e letramento estamos enfatizando uma dificuldade da maioria dos alunos ouvintes e se tratando do estudante surdo é necessário atentarmos para entender como ocorrerá esse processo.

Soares (2001) vem enfatizar sobre o letramento, esse que pode ser estado ou condição de quem não só sabe ler e escrever, mas exerce as práticas sociais da leitura e escrita, que circulam na sociedade em que vivem, conjugando-as com as práticas sociais de interação oral. Alfabetização e letramento acabam tendo o mesmo significado, pois a alfabetização não é vista meramente como habilidade para decodificar e compreender a escrita, mas quando os alunos são ou estão alfabetizados começam a usar a leitura para criação de sua própria cultura. Portanto é interessante que os professores estejam capacitados para alfabetizar e letrar os alunos surdos, assim como preparados para incluir esses alunos em sala de aula junto com os ouvintes, não o deixando sozinho sem nenhum suporte, mas de fato incluindo, caso o contrário não há inclusão.

Os motivos que geraram a busca pela pesquisa advêm de minha trajetória acadêmica através do Curso de Libras e também da graduação em Pedagogia e Letras (a qual estou cursando), no qual a disciplina de Libras me fez entender que é necessário um trabalho em sala de aula que contemple as necessidades das pessoas surdas, e que esses também possam ter seus direitos efetivados na prática. Assim como o surdo também necessita se apropriar da Língua Portuguesa, como sua segunda língua.

E mediante a minha trajetória profissional como professora que requer um processo de atualização contínua. É desse contexto que emerge a questão problema que norteia esse trabalho, a saber: Como o trabalho docente vem contribuindo para que o surdo seja alfabetizado e letrado? A elaboração desse trabalho teve como objetivo geral: compreender a metodologia utilizada pelo professor para oportunizar o desenvolvimento do aluno surdo em relação à alfabetização e letramento. E os objetivos específicos: Conhecer os processos metodológicos adotados para alfabetizar e letrar o surdo; Investigar esse processo e sua adequação para o ensino de surdos.

## METODOLOGIA

Os elementos introdutórios deste trabalho indicam um esforço de compreender como é desenvolvido o processo de alfabetização e letramento dos alunos surdos. Para melhor compreender às questões relacionadas ao objetivo do nosso trabalho, foi utilizado à abordagem qualitativa com ênfase na pesquisa de campo. A pesquisa qualitativa é predominantemente descritiva. O pesquisador qualitativo tenta analisar os dados em toda sua riqueza, respeitando no possível, a forma de registro ou transcrição. Como afirma Trivinõs (1987), as descrições dos fenômenos estão impregnadas de significado que o ambiente lhe imprime.

Para cumprir os objetivos propostos na pesquisa: “Conhecer os processos metodológicos adotados para alfabetizar e letrar o surdo; Investigar esse processo e sua adequação para o ensino de surdos”. Utilizamos alguns instrumentos de coleta de dados como observação de campo, entrevista semiestruturada. Um trabalho que se utiliza da observação para Oliveira (2005) como instrumento necessita de um registro sistematizado da coleta de dados obtidos sob a forma de um diário de campo. O diário de campo esse que está contido o passo a passo das observações feita em campo, que o auxiliará na construção do trabalho no retorno constante em busca de informações relevantes.

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela o pesquisador busca informações contidas nas falas. Para Trivinõs (1987), entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teoria e, hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. Através da entrevista (Depoimento) objetivando um contato ainda maior com os sujeitos envolvidos na pesquisa, para buscar subsídios que venha a responder a questão problema e alcançar os objetivos propostos que foram mencionados.

A análise de dados implica na organização de todo o material da análise descritiva do campo e dividi-los em partes relacionando essas partes e procurando identificar nelas tendências e padrões relevantes. Desta forma se fazendo o descarte daquilo que dá diferentes dimensões ao objeto de estudo (BARDIN, 1977). De outra forma dizendo, afunilando a imensidão de dados por nós levantados.

Os sujeitos da pesquisa foram à coordenadora, que acompanha a professora em sala de aula regular e através das observações realizou-se também o registro. A coordenadora é graduada em Pedagogia e especialista em Psicopedagogia Institucional, possui experiência de dezessete anos na área educacional e três anos de experiência com alunos surdos. A professora

é Graduada em Pedagogia e Especialista em Supervisão Escolar e Gestão Pedagógica, possuiu vinte e três anos de docência e esse é o primeiro ano com aluna surda na sala de aula.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Compreende-se que a alfabetização e letramento dos alunos já é algo complexo, e se tratando de alunos surdos, requer um trabalho mais elaborado e coletivo, com bastante estudo e reflexão da prática, contribuindo assim para o desenvolvimento desses alunos na aquisição e compreensão dos conteúdos, como também em seu convívio social. Contudo, percebem-se ainda grandes dificuldades dos educadores no trabalho com alunos surdos.

Sendo assim utilizamos de entrevista com uma professora e supervisora do município observado, para melhor compreendermos como ocorre o processo de alfabetização e letramento dos alunos surdos em sala de aula regular. A análise se dará a partir de relatos de experiências das sujeitas envolvidas com a pesquisa. Apresentaremos os dados referentes à compreensão da professora e supervisora sobre alfabetização e letramento dos alunos surdos. Quando foram solicitadas a contribuir com esse trabalho, responderam ter dificuldades na comunicação com a aluna. “Comunico-me através de alguns gestos simples e tenho o auxílio de outra aluna (ouvinte) que conhece alguns gestos e sinais” (PROFESSORA).

Diante do exposto fica perceptível a dificuldade que a professora sente para se comunicar com sua aluna surda, sendo necessária a ajuda de outra aluna ouvinte. A professora também relatou em conversas não receber nenhum tipo de orientação para desenvolver seu trabalho e que a aluna surda tem muita dificuldade na assimilação dos conteúdos. “Essa é minha grande preocupação, ela tem muita dificuldade, individualmente não sei lhe dá suporte, então peço ajuda aos alunos para isso, ou seja, ela sempre estuda junto de algum coleguinha para lhe ajudar” (PROFESSORA).

Nesse sentido que a supervisora relata que: “Peço ajuda para uma coleguinha que por vezes a acompanha nas aulas de libras, essa que são oferecidas fora da escola”. Sendo assim ambas tem dificuldades na comunicação com a aluna precisando da intervenção de terceiros. Ela também afirmou ter dificuldade na realização do acompanhamento com o surdo. “Tenho dificuldades, porém sei que preciso me aperfeiçoar em Libras para ajudar de forma plena tanto os alunos como os professores e realizar com êxito o meu trabalho”.

Nesse caso a língua de sinais é totalmente desconhecida por elas no qual isso interfere na comunicação e no trabalho com a aluna surda, já que não há na sala de aula um intérprete de libras. De acordo com Portal da Educação (2011) o intérprete facilita muito a comunicação,



a compreensão dos surdos e o acesso às informações. Esse profissional é aquele que interpreta através da Língua de Sinais, tomando posição de sinalizador ou falante, transmitem seus pensamentos, palavras, emoções, servindo de elo entre essas duas modalidades de comunicação. O intérprete é um profissional bilíngue, ou seja, tem conhecimento e habilidade na língua de sinais, assim como em língua portuguesa.

Nota-se que a falta desse profissional em sala de aula acarretará em vários problemas em decorrência da falta de comunicação com a aluna. De acordo com o observado o município não possui uma equipe de profissionais que juntos possam trabalhar em pró do desenvolvimento dos alunos surdos. Os professores também não recebe orientação para o trabalho com esse estudante, os mesmos não tem formação nessa área o que dificulta no desenvolvimento de sua prática em sala de aula e na assimilação dos conhecimentos por parte

dos alunos surdos. De fato só há inclusão realmente se as exigências para o trabalho com surdo saírem do papel e adentrar a escola verdadeiramente.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, a escola deve propor projeto político pedagógico, no currículo, na metodologia, na avaliação e nas estratégias de ensino e ações que favoreçam a inclusão social e práticas educativas diferenciadas que atendam a todos os alunos (DAMÁZIO, 2007). Não basta inserir esses alunos em salas de aula regular, e pensar que pelo fato dele está na escola à aprendizagem acontecerá de forma espontânea, é necessário todo um trabalho voltado que contemple a todos, inclusive o surdo. No que se refere às práticas de ensino, metodologia, currículo e avaliação.

Assim, como a inclusão do aluno surdo deve ocorrer desde a educação infantil até a educação superior, garantindo-lhe, desde cedo, utilizar os recursos de que necessita para superar as dificuldades no processo educacional e usufruir seus direitos escolares, exercendo sua cidadania, de acordo com os princípios constitucionais do nosso país. A inclusão de pessoas com surdez na escola comum requer que se busquem meios para beneficiar sua participação e aprendizagem tanto na sala de aula como no Atendimento Educacional Especializado. O trabalho com o aluno surdo deve ser desenvolvido desde a educação infantil, no qual ele deverá ser alfabetizado e letrado a partir de sua língua materna (Libras) e sua segunda língua (Português) (DAMÁZIO, 2007).

É importante salientar que o trajeto é longo, e requer de uma equipe especializada. O município observado além de não possui intérprete, instrutor de libras, também tem a maioria dos professores e equipe pedagógica desconhecedores de Libras e de como o trabalho deve ser realizado com esse tipo de aluno, também não disponibiliza da sala de apropriadas, o que dificulta ainda mais o trabalho da escola. O aperfeiçoamento da escola comum em favor de

todos os alunos é primordial, pois os professores precisam conhecer e usar a Língua de Sinais, entretanto, deve-se considerar que a simples adesão dessa língua não é suficiente para escolarizar o aluno com surdez.

Assim, a escola comum precisa estabelecer ações que tenham sentido para os alunos em geral e que esse sentido possa ser compartilhado com os alunos com surdez. Mais do que a utilização de uma língua, os alunos com surdez precisam de ambientes educacionais estimuladores, que desafiem o pensamento, explorem suas capacidades, em todos os sentidos. (DAMÁZIO, 2007 apud DORZIAT, 1998).

De fato é necessário se ter e usar a língua de sinais, porém somente aderir a essa língua não garante que a aprendizagem seja consolidada, pois o fato de se ter um intérprete dentro da sala de aula não quer dizer que basta. É necessário a escola e todos que a compõe estabelecer ações e estratégias que inclua o surdo. É importante entendermos que se fosse somente o uso de uma língua, as pessoas ouvintes que dominam a oralidade não teriam dificuldades de aprendizagem.

No Atendimento Especializado Educacional (AEE), destacam-se três momentos didático-pedagógicos: o primeiro se refere ao atendimento Educacional Especializado em Libras na escola comum. O segundo momento os alunos com surdez terão aulas de Libras, propiciando o conhecimento e a aquisição, principalmente de termos científicos. Por fim o terceiro e último momento está relacionado ao Atendimento Educacional Especializado para o ensino da Língua Portuguesa, no qual são trabalhadas as especificidades dessa língua para pessoas com surdez. (DAMÁZIO, 2007).

O planejamento do Atendimento Educacional Especializado é elaborado e desenvolvido em conjunto pelos professores que lecionam aulas em Libras, professor de classe comum e professor de Língua Portuguesa para pessoas com surdez, trabalho realizado coletivamente para a obtenção de sucesso na aprendizagem dos alunos surdos. O modo como a professora desenvolve sua aula é muito pertinente para o desenvolvimento do aluno, em especial quando o estudante é contemplado nesse planejamento, porém sabemos das grandes dificuldades da escola em relação à educação inclusiva, no qual muitas ainda estão aquém do que se espera, e muitos alunos ficam fora das atividades e do plano de ensino por falta de conhecimento de como desenvolver as atividades que todos, inclusive o surdo faça parte.

A professora também relatou que para contemplar sua aluna nas aulas usa: “cartazes com desenhos, e exemplifica o conteúdo com desenho através da lousa”. Contudo nos dias observado não presenciei tais ações, inclusive não há nenhum cartaz afixado na parede contendo desenhos. É necessário salienta que mesmos que tais ações sejam executadas em

outros momentos, essas não são suficientes para garantir a aprendizagem da aluna surda. A docente da sala de aula regular enfatizou que os métodos e estratégias utilizados para que a aluna seja alfabetizada e letrada são: “Através da interação com os demais alunos em grupo”. No entanto sabemos das dificuldades dos alunos ouvintes em relação à alfabetização e letramento, com o aluno surdo não é diferente, porém é um processo mais complexo, que requer conhecimento, não a partir do achismo, mas de embasamento teórico e de práticas exitosas. Nesse sentido a supervisora diz que: “Procuro na medida do possível sugerir atividades que sejam claras, quanto à resolução ou que utilizem material concreto para o entendimento do aluno”.

Porém, só essa orientação não é satisfatória para um trabalho complexo como esse, é necessário ser mais diretiva, apontar caminhos e meios para dar suporte à professora. Diante de sua fala fica claro que é interessante o uso de materiais concreto, mas quais? Como? Também ficou explícito a orientação para o uso de atividades mais fáceis, muitas vezes bem aquém de sua série de origem, levando-os a compreendermos que o aluno surdo não tem os suportes e recursos necessários para seu desenvolvimento, no qual muitas vezes faz parte de uma determinada série, mas não acompanha a mesma, porque seu conhecimento é muito restrito e isso se dá a partir de metodologia usada em sala de aula que não favorece o desenvolvimento do surdo.

Pensa-se que pelo fato de facilitar as atividades estar é contribuindo para aprendizagem do mesmo, isso é um equívoco grave. Para tanto os dados apontam que mesmo com diplomas de conclusão de ensino médio ou superior nas mãos, às pessoas não têm garantias de melhor trabalho e, não raras vezes, saem das escolas semianalfabetas. (PORTAL DA EDUCAÇÃO, 2011). Quer dizer que as pessoas em sua grande maioria não são alfabetizadas e letradas, esses termos que se diferenciam, mas que se complementam na prática.

Sendo assim letramento se caracteriza como “[...] o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter se apropriado da escrita” (PDE, 2008, apud SOARES, 2001, p.18).

Apesar disso Góes e Tartuci (2004), enfatiza que em pesquisas acerca da inclusão, apontam que crianças e adolescentes surdos simulam o papel de aprendizes e reproduzem os rituais escolares para ocupar o “lugar” de aluno em sala de aula. A simulação da aprendizagem é uma estratégia de “sobrevivência” em sala de aula e revela uma atitude de resignação, a despeito da exclusão na interação e na aprendizagem, motivada pela ausência de um território linguístico compartilhado no contexto escolar.

Quando se recusam a serem assimilados pelas práticas excludentes de um sistema educacional que ignora suas necessidades linguísticas diferenciadas, são rotulados como agressivos ou indisciplinados e evade da escola, depois de anos de um fracasso escolar anunciado, o que é lamentável, pois os mesmos não têm garantido as mesmas igualdades de condições de acesso a uma universidade, concurso, seleção, entrevista ou qualquer tipo de emprego, sem falar de sua dificuldade de conviver e viver em sociedade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De fato há muitas dificuldades dos professores e equipe pedagógica do município observado em relação às práticas de ensino para com o aluno surdo, buscando verdadeiramente desenvolver a alfabetização e letramento, porém tais provêm da falta de formação e conhecimento dos profissionais nessa área. Nesse sentido respondendo a questão problema não há uma contribuição significativa para alfabetização e letramento do surdo, pois em especial o professor da sala de aula não sabe desenvolver seu trabalho e atividades de forma que contemple e favoreça a aprendizagem desse aluno.

Contudo, o município possui professores e equipe pedagógica empenhada e aberta a discutir e socializar novos conhecimentos, em busca de ampliar e enriquecer seus conhecimentos e, juntos construir um ambiente inclusivo, porém requer que haja um investimento também do poder público em seus profissionais nesse aspecto e também na contratação de profissionais que possam dar o suporte necessário. E assim ambos reconhecendo e exercendo a cidadania entendendo os direitos e deveres dos alunos, dos professores e profissionais envolvidos com a educação, como também do poder público em geral.

Nessa perspectiva, que esse trabalho vem discutindo e apontando algumas sugestões que pode contribuir para o trabalho com o aluno surdo em sala de aula, reconhecendo que apenas um ponto de partida de um estudo inicial, que pode e deve ser ampliado, em especial por professores, esses que necessita bastante de vários conhecimentos, no qual o estudo é primordial, até porque a profissão exige estudo e aperfeiçoamento contínuo.

## **REFERÊNCIAS**

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.



BRASIL. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, Decreto nº 5626 de 22 de dezembro de 2005.

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC/SEF, 1996.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. Atendimento Educacional Especializado. Brasília: MEC/SEESP/SEED, 2007.

\_\_\_\_\_, Mirlene apud DORZIAT, Ana. Educação escolar Inclusiva para Pessoas com Surdez, 1998. In: Atendimento Educacional Especializado. Brasília: MEC/SEESP/SEED, 2007.

FELIPE, Tanya A. Libras em Contexto: Curso Básico. Livro do Estudante. 8. ed. Rio de Janeiro: WalPrint, 2007.

GÓES, Maria Cecília R.; TARTUCI, D. Alunos surdos na escola regular: as experiências de letramento e os rituais de sala de aula. In: LODI, et al. Leitura, escrita e diversidade. Porto Alegre: Mediação, 2004.

OLIVEIRA, Maria Marly de. Como fazer pesquisa qualitativa. Petrópolis: Vozes, 2005.

PORTAL DA EDUCAÇÃO, apud GLAT. Educação Especial e Educação Inclusiva, 2007. In: Curso de Libras Básico. Programa de Educação Continuada a Distância. Mod. 1. Ano 2, Fev, 2011. Disponível em: <[www.portaldaeducacao.com.br](http://www.portaldaeducacao.com.br)>. Acesso em: 22 de Jun. 2016.

SOARES, Magda. Letramento um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.  
TRIVIÑOS, Augusto N. Introdução à pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1987